



Aula 10 - Os requisitos genéricos de todo pedido liminar baseado na EVIDÊNCIA - Parte 2

1. Uma grande novidade do CPC de 2015

1.1. A TUTELA DE EVIDÊNCIA

1.1.1. Qual foi a razão de sua criação?

1.1.1.1. transferir o fardo da demora do processo para a outra parte quando

1.1.1.2. A entrega da tutela final buscada pela parte é tão demorada que a própria lei resolveu reconhecer que, às vezes, o fardo por essa demora deve sair das costas do autor e deve pesar sobre as costas do requerido....

1.1.1.2.1. A lei entendeu, então, que duas causas maiores podem levar o juiz a conceder uma tutela provisória, ainda que não haja perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo

1.1.1.2.1.1. 1

1.1.1.2.1.1.1. - quando o direito do autor for EVIDENTE

1.1.1.2.1.1.1.1. E a própria lei resolveu dizer quando um direito deve ser considerado EVIDENTE

1.1.1.2.1.1.1.1.1. Vamos estudar cada hipótese separadamente

1.1.1.2.1.2. 2

1.1.1.2.1.2.1. quando o comportamento do requerido deixa evidente que ele está abusando do direito de defesa ou que está apresentando manifesto propósito protelatório

1.1.1.2.1.2.1.1. Aqui há grande subjetivismo....por isso a necessidade de se realizar uma demonstração concreta do comportamento do réu....

1.1.1.2.1.2.1.1.1. Vamos estudar em detalhes ao longo das aulas

2. RECAPITULANDO

2.1. a entrega do bem da vida é naturalmente demorada e essa demora pode acabar gerando prejuízos ou se tornando injusta

2.1.1. por isso a lei cria mecanismos para coibir essa demora ou amenizar os seus efeitos

2.1.1.1. a lei abre a possibilidade de o juiz conferir tutelas provisórias

2.1.1.1.1. O que pode fazer o juiz entregar um direito antes da hora?

2.1.1.1.1.1. UMA SITUAÇÃO DE URGÊNCIA

2.1.1.1.1.2. UMA SITUAÇÃO DE EVIDÊNCIA

2.1.1.1.1.2.1. Vamos começar a estudar, a partir dessa aula, os requisitos exigidos pela lei para que o juiz profira uma decisão provisória baseando-se na EVIDÊNCIA

3. Pedir tutela provisória baseada na evidência é melhor do que pedir tutela provisória baseada na urgência?

3.1. Não é melhor e nem pior

3.1.1. Mas o fato é que na maioria das hipóteses de tutela de evidência há um pouco menos de espaço para o subjetivismo do juiz...

3.1.1.1. Como vamos ver mais adiante, demonstrada a presença de uma situação, a tutela de evidência ter que ser deferida

3.1.1.1.1. Já na tutela de urgência sempre haverá margem para que o conceito de urgência do magistrado seja diferente do seu....

3.1.1.1.1.1. Mas o fato é que, se no seu caso concreto existir situação em que se permita pedir a tutela de urgência e a de evidência, você deve pedir as duas....

3.1.1.1.1.1.1. Outra situação importante é que a tutela de evidência você consegue mais facilmente no curso do processo, especialmente após a contestação, como veremos adiante...

4. PREVISÃO LEGAL

4.1. Art. 311 do CPC

4.1.1. Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

4.1.1.1. I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

4.1.1.2. II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

4.1.1.3. III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

4.1.1.4. IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

4.1.1.5. Vamos analisar cada uma das hipóteses de concessão de tutela de evidência....

4.1.1.6. Nós vamos estudar cada uma dessas hipóteses, deixando evidente os requisitos de cada uma...

5. PRIMEIRA HIPÓTESE DE TUTELA DE EVIDÊNCIA e seus requisitos

5.1. A tutela de evidência será concedida quando

5.1.1. II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

5.1.1.1. O CPC é permeado pela ideia do respeito aos precedentes

5.1.1.1.1. Uma transição do modelo da civil law para comon law

5.1.1.1.1.1. Por isso se busca as decisões que possuem efeito vinculativo, aquelas que o juiz não pode discordar

5.1.1.1.1.1.1. Então, pareceu justo ao legislador transferir o ônus da demora do processo para o réu, quando estiverem presentes os seguintes requisitos:

5.1.1.1.1.1.1.1. REQUISITOS

5.1.1.1.1.1.1.1.1. 1

5.1.1.1.1.1.1.1.1.1. As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente

5.1.1.1.1.1.1.1.2. 2

5.1.1.1.1.1.1.1.1.2.1. houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1. Você precisa conhecer as súmulas e os repetitivos ao menos da sua área de atuação...

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1.1. As súmulas vinculantes do STF

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1.2. Como consultar os Repetitivos do STJ

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1.2.1. STJ - Repetitivos e IACs organizados por assuntoSuperior Tribunal de Justia - O Tribunal da Cidadania

Link:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/recrep/>

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1.2.2. PDF com os Repetitivos

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1.3. Como consultar os casos de Repercussão Geral do STF

5.1.1.1.1.1.1.2.1.1.3.1. Teses de Repercusso Geral :: STF - Supremo Tribunal Federal

Link:

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprud>

5.1.1.1.1.1.1.2. Um exemplo prático

5.1.1.1.1.1.1.2.1. A Súmula Vinculante n. 31 do STF diz que: É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.

5.1.1.1.1.1.2.1.1. Imagine o caso em que uma empresa trabalha com a locação de carros e recebe do Município uma cobrança de ISS. Por não concordar com essa cobrança, a empresa entra na Justiça e pede a concessão de uma tutela de evidência.

5.1.1.1.1.1.2.1.1.1. Neste caso o juiz pode determinar, liminarmente, que o Município deixe de fazer a cobrança, por se tratar de uma tutela baseada na EVIDÊNCIA do direito...

5.1.1.1.1.1.3. Outro exemplo prático

5.1.1.1.1.1.3.1. O STF decidiu, com repercussão geral, que "Não incide ICMS no deslocamento de bens de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte localizados em estados distintos, visto não haver a transferência da titularidade ou a realização de ato de mercancia" (Tese 1099).

5.1.1.1.1.1.3.1.1. Imagina o caso de uma empresa que recebe uma autuação do governo do Estado por não ter recolhido ICMS em uma operação que não envolveu transferência de titularidade... Por não concordar com essa autuação, a empresa pode ajuizar demanda e pedir tutela de evidência para que os efeitos da autuação cessem de imediato

5.1.1.1.1.1.3.1.1.1. Neste caso o juiz pode determinar, liminarmente, que o Estado deixe de fazer a cobrança, por se tratar de uma tutela baseada na EVIDÊNCIA do direito...

5.1.1.1.1.1.4. ATENÇÃO 1

5.1.1.1.1.1.4.1. Não é necessário haver perigo de dano ou qualquer situação de urgência

5.1.1.1.1.1.4.1.1. É sempre bom ressaltar isso na inicial

5.1.1.1.1.1.5. ATENÇÃO 2

5.1.1.1.1.1.5.1. Nesta hipótese o juiz poderá decidir liminarmente, ou seja, sem ouvir a parte contrária

5.1.1.1.1.1.5.1.1. Art. 311, parágrafo único do CPC

5.1.1.1.1.1.6. ATENÇÃO 3

5.1.1.1.1.1.6.1. Você pode pedir essa tutela a qualquer momento. Não precisa ser, necessariamente, na inicial. Pode pedir, inclusive, em grau de recurso

5.1.1.1.1.1.7. ATENÇÃO 4

5.1.1.1.1.1.7.1. O PRINCÍPIO DA EMPATIA

5.1.1.1.1.1.7.1.1. Aqui há espaço para trabalhar com as emoções?

6. SEGUNDA HIPÓTESE DE TUTELA DE EVIDÊNCIA e seus requisitos

6.1. A tutela de evidência será concedida quando

6.1.1. III - se tratar de pedido reipersecatório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

6.1.1.1. REQUISITOS

6.1.1.1.1. O caso deve tratar de pedido reipersecutório

6.1.1.1.1.1. O que é um pedido reipersecutório?

6.1.1.1.1.1.1. É o pedido que envolve a devolução de um bem

6.1.1.1.1.1.1.1. O autor pede a devolução de uma obra de arte de sua propriedade que confiou em depósito a um museu

6.1.1.1.2. O pedido deve ser fundado em prova documental adequada do contrato de depósito

6.1.1.1.2.1. O que é um contrato de depósito?

6.1.1.1.2.1.1. O depósito é um contrato pelo qual uma das partes (depositário) recebe de outra (depositante) uma coisa móvel para guardá-la e restituí-la na ocasião aprazada ou quando o depositante a reclamar. ... Só pode ser objeto de depósito coisa móvel infungível. O depósito de dinheiro, na verdade, caracteriza contrato de mútuo.

6.1.1.1.2.1.1.1. O fim precípua do depósito é, então, a guarda da coisa, não a transferência da propriedade nem o uso da coisa.

6.1.1.1.2.1.1.1.1. A guarda de um quadro em um museu, por exemplo

6.1.1.2. Um exemplo prático

6.1.1.2.1. O autor formula contrato de depósito com um museu, para que lá fique em depósito uma obra de arte de sua propriedade

6.1.1.2.1.1. Em determinado momento o autor pede a devolução da obra, mas o museu se nega.

6.1.1.2.1.1.1. O autor pode ingressar com ação pretendendo a devolução do bem e pode pedir tutela provisória de evidência, já que se trata de pedido reipersecutório e já que o pedido se funda em prova documental adequada à ação de depósito

6.1.1.3. ATENÇÃO 1

6.1.1.3.1. Não vá tentar a aplicação analógica do dispositivo a outros tipos de contrato

6.1.1.4. ATENÇÃO 2

6.1.1.4.1. Nesta hipótese o juiz poderá decidir liminarmente, ou seja, sem ouvir a parte contrária

6.1.1.4.1.1. Art. 311, parágrafo único do CPC

6.1.1.5. ATENÇÃO 3

6.1.1.5.1. O PRINCÍPIO DA EMPATIA

6.1.1.5.1.1. Aqui há espaço para trabalhar com as emoções?

7. TERCEIRA HIPÓTESE DE TUTELA DE EVIDÊNCIA e seus requisitos

7.1. A tutela de evidência será concedida quando

7.1.1. IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

7.1.1.1. REQUISITOS

7.1.1.1.1. 1

7.1.1.1.1.1. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do auor

7.1.1.1.2. 2

7.1.1.1.2.1. o réu não opôs prova capaz de gerar dúvida razoável

7.1.1.2. Um exemplo prático

7.1.1.2.1. O autor afirma que o acidente aconteceu por culpa do réu. Para provar esse fato junta filmagem do momento do acidente

7.1.1.2.1.1. O autor pede a condenação do réu ao pagamento do conserto do carro

7.1.1.2.1.1.1. Na contestação o réu se limita a dizer que não deu causa ao acidente, mas não apresenta qualquer prova capaz de gerar dúvida razoável ao que foi dito pelo autor

7.1.1.2.1.1.1.1. Neste caso o juiz poderá conceder tutela provisória de evidência e desde logo condenar o requerido a pagar o conserto do carro do autor

7.1.1.3. ATENÇÃO 1

7.1.1.3.1. Os requisitos possuem alta carga de subjetividade

7.1.1.3.1.1. O que é prova documental suficiente?

7.1.1.3.1.2. O que é dúvida razoável?

7.1.1.3.1.3. Aqui você tem que fazer o importante papel de dar tranquilidade ao juiz

7.1.1.4. ATENÇÃO 2

7.1.1.4.1. Nesta hipótese o juiz NÃO poderá decidir liminarmente.

7.1.1.4.1.1. Então você NUNCA vai pedir na inicial

7.1.1.5. ATENÇÃO 3

7.1.1.5.1. O PRINCÍPIO DA EMPATIA

7.1.1.5.1.1. Aqui há espaço para trabalhar com as emoções?

8. QUARTA HIPÓTESE DE TUTELA DE EVIDÊNCIA e seus requisitos

8.1. A tutela de evidência será concedida quando

8.1.1. I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

8.1.1.1. REQUISITOS

8.1.1.1.1. 1

8.1.1.1.1.1. Abuso do Direito de Defesa; ou

8.1.1.1.2. 2

8.1.1.1.2.1. Manifesto propósito protelatório da parte

8.1.1.2. Um exemplo prático

8.1.1.2.1. O réu informa que pretende produzir prova testemunhal e arrola 8 testemunhas, todas servidoras públicas, pedindo que a intimação seja feita pelo juízo

8.1.1.2.1.1. A audiência é marcada para data distante e são expedidos os 8 mandados de intimação

8.1.1.2.1.1.1. Na véspera da audiência, o autor petitiona informando que desiste da produção de provas, sem dar qualquer explicação. Ou seja, pedir a audiência de instrução representou apenas o abuso do direito de defesa e o manifesto propósito protelatório do réu

8.1.1.2.1.1.1.1. Neste caso o autos pode pedir a tutela provisória de evidência...

8.1.1.3. ATENÇÃO 1

8.1.1.3.1. Os requisitos são alternativos. Ou um ou outro...

8.1.1.4. ATENÇÃO 2

8.1.1.4.1. Aqui há enorme carga de subjetividade e é um grande trunfo que você tem na mão

8.1.1.5. ATENÇÃO 3

8.1.1.5.1. Algumas hipóteses que podem ser consideradas como abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório

8.1.1.5.1.1. 1

8.1.1.5.1.1.1. Juntar milhares de documentos que não têm relevância alguma com o processo, apenas para dar trabalho para a outra parte

8.1.1.5.1.2. 2

8.1.1.5.1.2.1. Pedir audiência de conciliação e chegar no ato dizendo que não tem proposta e que não pretende fazer acordo

8.1.1.5.1.3. 3

8.1.1.5.1.3.1. Arrolar testemunhas e no dia da instrução desistir da oitiva de todas sem dar qualquer explicação

8.1.1.5.1.4. 4

8.1.1.5.1.4.1. Apresentar embargos de declaração, quando não há qualquer omissão, contradição ou obscuridade...nítido propósito de obstar o início do prazo recursal. Apresentou embargos de decisão de embargos, com o nítido propósito de rever a decisão, peça a tutela de evidência...se o juiz não conceder, no mínimo a parte contrária vai ficar com medo e vai parar de enrolar...

8.1.1.5.1.5. 5

8.1.1.5.1.5.1. Apresentar contestação gigantesca, com inúmeras preliminares sem qualquer fundamento...

8.1.1.5.1.6. 6

8.1.1.5.1.6.1. Pedir perícia e na hora da realização da perícia simplesmente deixar de pagar os honorários periciais, fazendo precluir o direito

8.1.1.6. ATENÇÃO 4

8.1.1.6.1. Nesta hipótese o juiz NÃO poderá decidir liminarmente.

8.1.1.7. ATENÇÃO 5

8.1.1.7.1. O PRINCÍPIO DA EMPATIA

8.1.1.7.1.1. Aqui há espaço para trabalhar com as emoções?